

EVOLUÇÃO DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA NO RIO GRANDE DO SUL

Vera Maria Favila Miorin

Departamento de Geociências. Centro de Ciências Naturais e Exatas. UFSM. Santa Maria, RS.

RESUMO

Os estudos geográficos do espaço rural nos últimos anos estão direcionados, sobretudo, à organização agrária.

Este trabalho, aborda o processo de ocupação do território sul-rio-grandense tentando captar a dinâmica da organização espacial através da análise da evolução agrícola do Estado.

As relações advindas do meio natural e do processo histórico, são apreendidas como elementos determinantes das transformações estruturais e conjunturais que se estabeleceram nos últimos anos, separando o "Velho Rio Grande" do "Rio Grande de Hoje".

SUMMARY

MIORIN, V.M.F., 1983. Evolution of Agriculture Exploration in Rio Grande do Sul. *Ciência e Natura*, 5:45-58.

The geographical studies of rural space in recent years are above all directed towards agrarian organization.

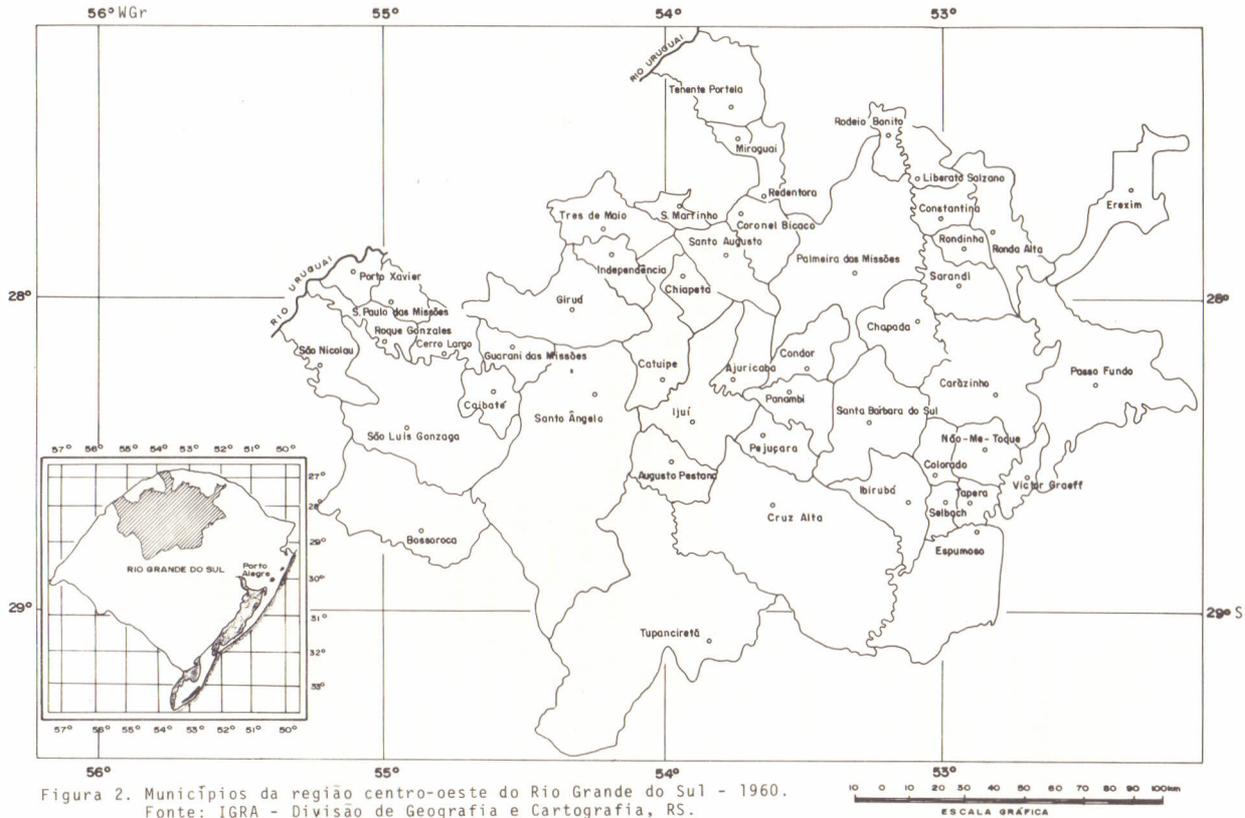
The present work approaches the question of the process of occupation of the territory of Rio Grande do Sul trying to capture the dynamics of space organization through an analysis of the evolution of agriculture in the State.

The relationship that results from the natural environment and from the historical process are understood as determinant elements of the structural and conjunctural transformations that were established in recent years, separating the Old Rio Grande from the New Rio Grande.

INTRODUÇÃO

O estado do Rio Grande do Sul, por se constituir de uma área que apresenta um setor agrícola intensificado, tem servido como laboratório para estudos da evolução da exploração agrícola do País. Assim, as investigações realizadas no comportamento da agricultura e pecuária das mais diferentes áreas, permitem a detecção da evolução da exploração agrícola a nível de região.

A porção norte do espaço gaúcho, considerada como área de agricultura e pecuária tradicional, em estudos efetuados até a década de 70, vem sofrendo uma evolução capaz de permitir a determinação dos indicadores de modernização da agricultura e a caracterização da modernização no conjunto da evolução da exploração agrícola do Estado.



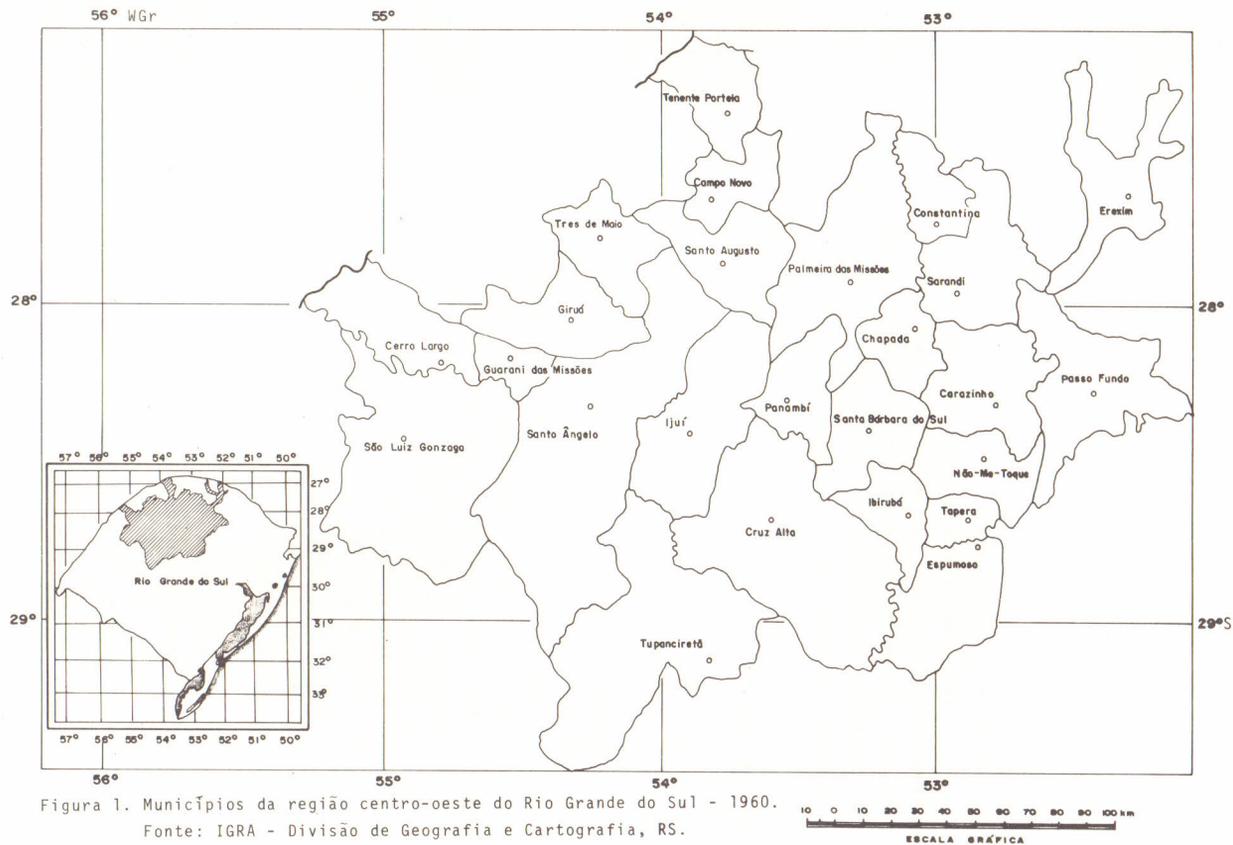


Figura 1. Municípios da região centro-oeste do Rio Grande do Sul - 1960.

Fonte: IGRA - Divisão de Geografia e Cartografia, RS.

em que a área perdeu suas características tradicionais e se engajou no contexto das transformações do setor agrícola, entendeu que neste

intervalo se viabilizaram as mudanças da organização do espaço agrário. Acredita-se ter sido este período o que apresentou as mudanças mais bruscas na sociedade rural da área.

As cidades consideradas pacatas e de feições coloniais, assistiram a um rápido processo de urbanização. Levas de ex-ruralistas, deixando o campo, acomodaram-se nas áreas periféricas das cidades quando não se deslocaram para as capitais regionais e para as "Grandes Cidades".

Esta área, onde a agricultura e a pecuária tradicional se caracterizam por mudanças, corresponde, também, à área dos municípios que formam as zonas chamadas Regiões Fisiográficas das Missões, Alto Uruguai e Planalto Médio.

Na falta de uma denominação já existente, capaz de representar todo o conjunto dos municípios que compõem a região selecionada para que nela se efetuassem os estudos, optou-se pela denominação de região Centro-Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO NO RIO GRANDE DO SUL

As características da agricultura gaúcha manifestam-se através do reconhecimento das formas de ocupação e de exploração da terra no Estado. O relacionamento dessas formas com o processo de exploração agrária adotado no Brasil, auxilia o entendimento de determinados fatos que encontraram palco nesta porção meridional do País.

O tipo de colonização estabelecida pela Coroa Portuguesa, comprometida com a garantia de permanência da posse da área e da exploração das riquezas tropicais e subtropicais, constituiu o ambiente rural brasileiro. A colonização também contribuiu para que se delineasse uma performance agrícola, constituída de grandes propriedades ocupadas, principalmente, com atividades monocultoras, seja com a cana-de-açúcar no Nordeste (durante o Período Colonial), seja com o café no leste (no Período Imperial e Republicano).

O Rio Grande do Sul, por sua situação geográfica, afastado da Metrôpole e por ter constituído, até o século XVIII, uma verdadeira "terra de ninguém", entre os domínios de Castela e Portugal, apresenta, em sua formação econômica, características muito diferentes das que são comuns ao resto do País, como bem define SCHILLING (5).

A introdução do Rio Grande do Sul, sua formação e seu povoamento no contexto português, teve início com a posse do Litoral e a conquista do Território Missioneiro que se constituíram em dois grandes marcos iniciais da ocupação do espaço sul-rio-grandense.

A posse do Litoral foi uma conquista lenta, iniciada em um primeiro momento nas expedições portuguesas que faziam reconhecimen

to na costa sul da América até a altura do estuário do Prata e, num segundo momento, com as doações de sesmarias em direção sul de Laguna (SC), buscando as fronteiras do Rio da Prata.

As sesmarias contribuíram para o estabelecimento de grandes propriedades que se fortaleceram diante de uma topografia, uma vegetação e, na presença do gado bovino que possibilitaram a formação de estâncias; no princípio, ao longo do Litoral e que, mais tarde, foram se interiorizando enquanto encontraram continuidade de condições.

No oeste do futuro território do Rio Grande do Sul, às margens orientais do rio Uruguai, em terras de domínio espanhol e situadas ao norte da desembocadura do rio Ibicuí, surgem os Sete Povos das Missões como resultado e síntese do trabalho de aldeamento e catequese dos jesuítas.

Deste trabalho resultou uma incipiente integração social de nosso território, com a ordenação da vida humana sob o ponto de vista econômico, e o florescimento de nossa embrionária civilização caracterizada pela criação de gado, pela agricultura de subsistência, pela presença de um processo industrial em formação e pelo comércio da erva-mate.

Esta civilização, que se formava tanto no Litoral como no Oeste e que, em seu alvorecer reunia em seu bojo elementos diversos, teve muitas vezes sua organização comprometida pelas investidas dos espanhóis vindo de oeste e sul e dos mamelucos bandeirantes vindos de leste e norte, porém todos eles, orientados, na maioria das vezes, pelas decisões político-administrativas das coroas de Portugal e Espanha.

A despeito das interrupções sofridas pela embrionária civilização sul-rio-grandense, as sesmarias permitiram que o povoamento ultrapassasse os limites litorâneos, a que estava até então confinada, indo em direção ao baixo curso do rio Jacuí. Neste procedimento de multiplicação das estâncias em que o povoamento avançava para o Interior, tiveram origem pequenas povoações surgidas em diferentes locais. Sem obedecer a nenhum plano os pequenos núcleos (embriões urbanos) apresentavam, como característica primordial, o isolamento. Assim iniciou o desenvolvimento do chamado "Continente do Rio Grande" a partir de 1737.

Apesar de as Missões não apresentarem mais o aspecto de prosperidade de alguns anos antes, em consequência das lutas sofridas, mais tarde, após 1801, os luso-brasileiros implantaram cidades nos locais das antigas reduções que ressurgiram na forma de cidades povoadas por soldados licenciados do serviço militar. Estes reativaram os novos estabelecimentos, refizeram as lavouras e reuniram no

vamente o gado em estâncias.

Em continuidade à ocupação do espaço no RS, que iniciou muito antes de seu estabelecimento como território português, vamos encontrar uma nova investida político-estratégica a partir de 1742 caracterizada pela colonização sistemática engendrada pela Coroa Portuguesa. Ao trazer casais de açorianos, buscava-se atingir os objetivos que eram os de estabelecer a garantia da posse das fronteiras meridionais e a criação de um povoamento mais concentrado sob a égide da agricultura. Para o Rio Grande do Sul, o encaminhamento dos ilhéus dos arquipélagos de Açores, Cabo Verde e outros, representou uma contribuição da Coroa Portuguesa ao povoamento e à ocupação do território sul-rio-grandense.

As novas doações passaram a ter como dimensão 1/4 de légua em quadro para que nela fosse principiada a lavoura. Este novo critério de estrutura fundiária adotado caracterizava a urgência que tinha Portugal em consolidar a posse da terra além do Meridiano estipulado no Tratado de Tordesilhas.

Por volta de 1750, chegaram no Rio Grande do Sul cerca de quatrocentos casais provenientes dos Açores. Ao distribuírem-se pelo Litoral e penetrarem pelo vale dos rios Jacuī e Taquari, fundaram povoações que deram origem às cidades.

O não cumprimento das promessas feitas pela Coroa Portuguesa fez com que os açorianos (assim denominados regionalmente) se localizassem ao longo das povoações fundadas e, com o tempo, se tornassem prósperos fazendeiros dedicados à criação de gado.

Este comportamento da Coroa Portuguesa, em relação aos ilhéus e ao Rio Grande do Sul, além de traduzir uma ocupação geopolítica, viabilizava a atividade econômica centrada na criação de bovinos já existentes nas estâncias e nas propriedades organizadas pelos açorianos.

Esta diferença de objetivos na ocupação de áreas desenvolvidas pela política de posse dos portugueses em relação ao sul da colônia da América, somada às condições favoráveis e à imensidão de vazio demográfico em uma zona de fronteiras-vivas (domínio de Portugal e Espanha), vem explicar a variação do tamanho da propriedade no Rio Grande do Sul e sua diferença em relação às demais regiões do País.

Será ainda o objetivo de consolidação da posse das fronteiras que norteará a dimensão das colônias e caracterizará a fase da colonização germânica e italiana.

O alvorecer do Império do Brasil foi palco da segunda iniciativa de povoamento intenso e sistemático no Rio Grande do Sul com a introdução de colonos alemães (1824) e de italianos (1874). Forma

ram-se, através deles, os dois grandes segmentos da imigração para o Estado. Eles impulsionaram a agricultura e deram início à indústria num avanço contínuo para o interior seguindo os vales fluviais da bacia hidrográfica do rio Jacuī; desmatando, lançando lavouras e criando colônias que evoluíram para cidades. Eles, posteriormente, povoaram a encosta do nordeste do Planalto Basáltico do Rio Grande do Sul.

A imigração italiana coube o povoamento inicial de uma vasta zona colonial localizada no norte e nordeste do Estado.

As propriedades distribuídas durante esta nova fase conheceram duas dimensões de superfície: em um primeiro momento, a ocupação das colônias caracterizou-se por uma divisão em lotes de 48 ha de superfície em média; no segundo momento, com a instalação de novas colônias, a superfície das propriedades que irão se formar será de 25 ha, permitindo algumas oscilações "entre 15 e 35 ha no máximo", como coloca ROCHE (4).

O processo imigratório no Rio Grande do Sul deixou, como consequência, no espaço gaúcho:

- O povoamento das áreas originalmente de matas no Estado.
- Um povoamento dinâmico a partir de São Leopoldo para a região da Encosta Inferior do Nordeste e que, por um processo de multiplicação da ocupação dos antigos núcleos coloniais, alcançou a Encosta Superior do Nordeste e a região do Alto Uruguai.
- O desenvolvimento de um sistema de pequenas propriedades.
- A presença de um regime de exploração agrícola distanciado dos processos modernos de técnicas agrícolas, devido às dificuldades e retardo no desenvolvimento da circulação como um todo.

Desta forma, solidificam-se no Estado as bases de uma estrutura agrária, delineada desde 1732, centrado no predomínio da propriedade privada e no uso da terra voltada para atividades de comércio interno onde produtos, como o trigo, o arroz, o feijão, a cevada, o milho, a batata, a mandioca e os demais produtos de horta e pomar fazem a fartura da mesa do colono. A criação de gado, representada em princípio pelo bovino e suíno, permitia inúmeras utilidades (carne, leite, banha, toucinho e couro).

Por outro lado, a variação da topografia sobre a variação do tamanho da propriedade e, conseqüentemente, no seu uso, criou paisagens típicas. Entre estas paisagens podemos destacar duas como as que de certo modo generalizam o espaço gaúcho:

- A paisagem da pecuária, na qual os jesuítas espanhóis haviam introduzido o gado, e a consideravam como a melhor alternativa para a fixação das tribos nas reduções guaranís, que passou a ser o recurso básico de subsistência e fonte de divisas. A decorrência do

sistema de grandes propriedades (a estância), relacionadas a uma topografia plana e tendo como atividade econômica a criação de gado, foi o resultado natural desta relação estabelecida entre o homem e o meio.

- A paisagem das colônias, cobrindo espaços vazios e acelerando a ocupação da terra, realizando o processo imigratório responsável pelo desenvolvimento da agricultura, valendo-se de novas formas de uso da terra e ocupando áreas de matas, formou-se nos espaços preteridos pela pecuária ensejando o desenvolvimento de propriedades sobre um espaço topograficamente variável entre o ondulado e o movimentado (Figura 3).

É segundo esse quadro de ocupação do espaço que se organizou uma estrutura de exploração agrária de raízes profundamente relacionadas aos aspectos histórico-políticos e se explica o processo de modernização que a agricultura do Estado e, em particular a da região centro-noroeste gaúcho, assume ao longo de sua evolução.

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL

A peculiaridade do processo de ocupação do espaço no Rio Grande do Sul, devido ao afastamento dos centros hegemônicos de decisão e a sua situação geográfica em relação às demais áreas do País, determinou um tipo de evolução agrícola que tem desempenhado uma função significativa no conjunto da economia nacional.

No começo, época da formação econômica do País, o papel cumprido pelo Rio Grande do Sul foi tão distinto do conjunto colonial que o próprio período da colonização sistemática é entendido por historiadores como PRADO JR. (2) como "um sistema de colonização original" no cenário da colonização portuguesa da América.

O afastamento do centro econômico, a posição geopolítica e o tipo de ocupação do espaço interferiram diretamente no modo de exploração agrária do Estado.

A evolução do setor agrícola gaúcho deve ser considerada como decorrência do desenvolvimento da economia brasileira. Entretanto este desenvolvimento econômico pode ser dividido em dois períodos como recomenda a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul em RIO GRANDE DO SUL (3): O primeiro período, anterior a 1955, é definido como a etapa de "expansão da produção de bens leves de consumo" a nível de economia nacional; o segundo período, após 1955, comandado pela "expansão do setor industrial produtor de bens duráveis de consumo".

Esta divisão proposta pela FEE, além de entender a interdependência entre o desenvolvimento agrícola e não-agrícola, determina uma evolução agrícola para o Rio Grande do Sul realizada à luz

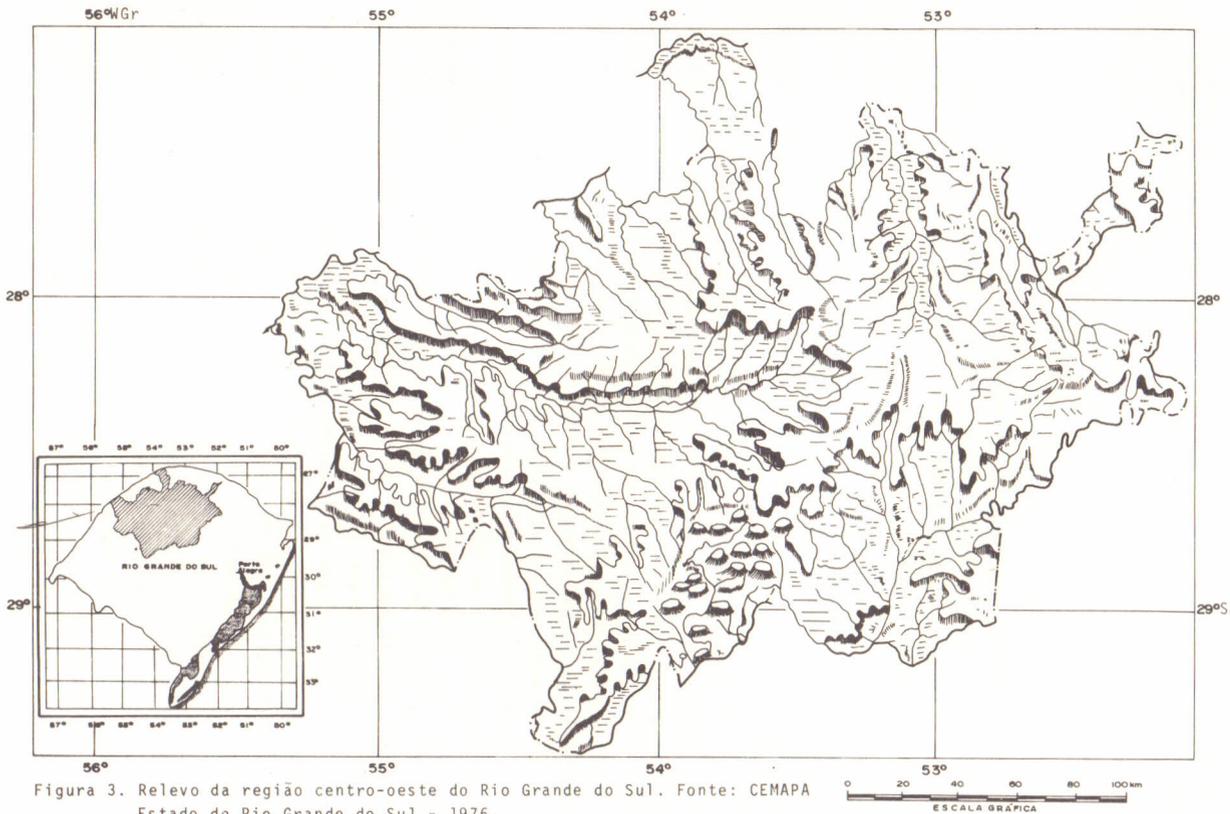


Figura 3. Relevo da região centro-oeste do Rio Grande do Sul. Fonte: CEMAPA Estado do Rio Grande do Sul - 1976.

- Coexistência dos setores tradicional e moderno na agricultura, tanto a nível de região como de produto. A maior importância de um ou outro setor depende do estágio de desenvolvimento econômico em que se encontra o País, já que a produção agrícola depende do crescimento do setor não-agrícola que se impõe como fator limitativo do processo de modernização dos países em desenvolvimento.

- Os custos sociais decorrentes do ajustamento à nova tecnologia serão suportados pela mão-de-obra que se dirige ao mercado de trabalho urbano gerando, desta forma, maiores problemas sociais.

- O ajustamento do setor agrícola, ao modelo político-econômico adotado a nível nacional.

O primeiro período da economia nacional, caracterizado pela produção de bens leves de consumo, no Rio Grande do Sul toma a forma de criação de gado e indústria do charque (período das doações de sesmarias e da formação das estâncias). Com a vinda dos açorianos e início do cultivo do trigo, surge a lavoura de caráter mercantil com comércio no centro do País. A posição do trigo como lavoura mercantil desaparece com a concorrência da farinha americana e o ataque da ferrugem, provocando a liquidação das propriedades agrícolas então absorvidas pelas propriedades pastoris.

O reaparecimento da lavoura, que se coloca ao lado da pecuária tradicional, ocorre na fase da imigração alemã e italiana. A pecuária tradicional, com um comportamento diferente, devido às mudanças impostas pelo surgimento das charqueadas, alia-se a uma lavoura diversificada e ressurgente que ganha espaços no mercado do centro do País graças ao advento da cafeicultura.

A expansão dos cafezais sobre todas as áreas aproveitadas com culturas de subsistência, representou a possibilidade de assegurar um mercado para os produtos coloniais do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, a continuidade da lavoura colonial. A expansão das culturas coloniais provocou crescimento no setor agrícola, alargamento dos espaços para as colônias européias no extremo-sul e incentivo à entrada de novos imigrantes.

A viabilidade de comercialização e preços para os produtos oriundos do setor agrícola permitiram que o setor não-agrícola do Estado conhecesse uma fase de criação e evolução, entusiasmando a própria realização agrícola segundo SCHILLING (5).

No período de 1920 e 1936, com exceção da cultura do arroz organizada em moldes capitalistas (lavoura desenvolvida com aplicação de capitais, liberação de mão-de-obra, uso de tecnologia e intensificação da produção buscando a geração de divisas), as demais culturas, inclusive o trigo, eram lavouras exclusivamente coloniais. Entendendo-se como lavouras coloniais as chamadas tradicionais onde

a produção das culturas é obtida de forma rudimentar sem exigências de investimentos de capitais e sem adequação às condições ecológicas das áreas.

Após 1936, estendendo-se até 1955, a lavoura gaúcha alcança um grande progresso através da lavoura capitalista que ampliou os índices de produtividade das culturas de trigo, milho e arroz.

O ano de 1955 determinou o início que marcou o processo de industrialização do País e no extremo-sul provocou o surgimento da lavoura capitalista em novas bases (empresarial).

O setor agrícola do Rio Grande do Sul não teve condições de servir diretamente ao tipo de industrialização instalada no centro do Brasil, como também não teve sua produção absorvida no Estado dada a inexistência de um processo industrial de vulto. Não houve, portanto, a transferência do grosso da comercialização para a sustentação das atividades não-agrícolas. A produção do setor agrícola, não sendo absorvida no contexto industrial, devido ao tipo de industrialização que se estabelece, passou a desempenhar um papel de poupador (com a agricultura de exportação) para que a nível nacional fosse possível a importação de bens de capital e de insumos básicos necessários ao desenvolvimento da economia nacional como um todo.

Por tudo isto, costuma-se analisar, neste período, o setor agrícola cumprindo um papel, uma função a nível nacional.

A fase pós-1955, considerada como época de crise na agropecuária gaúcha, é marcada pelo aparecimento de um terceiro segmento produtivo como forma de ajustamento ao modelo econômico nacional, a lavoura empresarial, acompanhando a nova fase industrial estabelecida a nível de economia nacional. Este terceiro segmento surgiu como alternativa diante dos segmentos pecuária tradicional e agropecuária colonial.

A lavoura empresarial ressurgente passa a desempenhar dupla função: 1) a função específica de absorver as tecnologias industriais geradas pelo setor não-agrícola e liberar mão-de-obra para o meio urbano-industrial; 2) a função de poupadora e geradora de divisas para o conjunto da economia nacional.

Este tem sido o desempenho do setor agrícola gaúcho nos últimos anos, podendo-se dizer que o Rio Grande do Sul tem cumprido uma função histórica, ao adotar a modernização no setor agrícola, passando a colaborar e a permitir que o processo de industrialização se realize.

ASPECTOS QUE MARCAM A EVOLUÇÃO DA EXPLORAÇÃO AGRÁRIA GAÚCHA

A evolução da exploração agrícola do Rio Grande do Sul apre

senta aspectos marcados por crises no setor agrícola que correspondem às fases de desestruturação da economia e permitem detectar interferências externas que se fizeram sentir.

Para MÜLLER (1) a evolução do setor agrícola gaúcho pode ser periodizada em ciclos que espelham fases de estruturação, desestruturação e reestruturação econômica.

A ocorrência de crises no setor agrícola e a detecção de ciclos ascendentes e descendentes na economia estadual evidencia a presença de uma área central (dominante), constituída por um setor não-agrícola que intervém numa área periférica (dependente), formada por um setor agrícola. As relações de interdependência além de sugerirem comparações entre áreas geo-econômicas diferenciadas entre si, que levam, por extensão, à diferenciação de regiões, também permitem a observação de aspectos que acompanharam a evolução agrícola do Estado, marcando todas as fases de exploração do setor:

- O setor agrícola do Rio Grande do Sul evoluiu em base a um sistema de exploração agrícola que teve como características fundamentais a propriedade da terra, o trabalho familiar e o emprego de atividades diversificadas para os tipos de cultivos e de criação desenvolvidos, determinando uma economia, a grosso modo, socialmente bem equilibrada.

- A produção agrícola, desenvolvida na paisagem da pecuária gaúcha, Campanha, teve sentido tão somente de subsistência própria. Na paisagem das colônias, a terra, diretamente explorada pela família, assume o sentido de sobrevivência e comércio.

Estes aspectos marcariam uma fase de evolução da exploração do setor agrícola do Estado chamado por MÜLLER (1) de "período Pré-Contemporâneo". A tipificação da atividade do setor é de uma área periférica e dependente do conjunto da economia nacional.

- Até 1945, período da Segunda Grande Guerra, as forças que realizam a interdependência do centro (moderno) com a periferia (tradicional) não vão se destacar devido ao desenvolvimento de forças produtivas que estão ocorrendo no âmbito nacional e, de modo particular, no sul.

O aspecto marcante é o progresso no quadro da agricultura gaúcha, com o desenvolvimento da lavoura capitalista, representada pela lavoura de arroz que depois juntou a si a lavoura de trigo.

- A crise gerada na lavoura de trigo e arroz faz com que na fase de 1955 a 1964 ocorra a ascensão do movimento popular, no qual os trabalhadores rurais começaram a se organizar.

- O período que vai de 1960 a 1970 corresponde a uma época que, diante da crise gerada (por volta de 1954), determina uma economia para o Estado voltada para o mercado interno de âmbito na

cional, dependendo do desempenho do setor exportador e exposta a conjunturas depressivas, proporciona ao conjunto do Estado certa resistência frente às crises que tem envolvido a economia nacional.

- O Rio Grande do Sul, hoje, está vinculado como economia subsidiária às atividades do centro do País permanecendo a tarefa de auxiliar o crescimento brasileiro enquanto exerce a função de produtor de matérias-primas.

A pecuária e a lavoura ao se definirem como empresariais, estruturando a resistência do Estado e usando intensivamente meios de produção, se constituem em mercado para as máquinas, implementos, adubos, fertilizantes e insumos químicos, em geral, produzidos pelo setor urbano-industrial da economia nacional.

O desenvolvimento da lavoura empresarial de trigo e soja em área colonial desempenha, além da função de poupadora e geradora de divisas, a de procriadora do custo de reprodução da força de trabalho em benefício do setor urbano-industrial.

Desta forma, a expansão da dominação do Centro e sua penetração na periferia provocou o surgimento de formas de convivência em que as áreas coloniais há muito estariam perdendo suas características tradicionais, de produtoras de cultivos coloniais e mantenedoras de um hábito de uso da terra, para assimilar um processo de produção agrária e de trabalhar a terra tecnicamente mais modernos.

Este novo processo seria traduzido, na prática das atividades agropecuárias, pela melhoria das condições e demonstração de um novo estágio emergente nas relações do sistema sócio-econômico em que o processo produtivo interferiu no aumento da produção e da produtividade deixando, contudo, de envolver uma parcela da população ocupada nas atividades agrárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob condições históricas e ambientais específicas, o Rio Grande do Sul conheceu o desenvolvimento da agropecuária e tem sido berço de importantes lavouras. Estas têm contribuído se não para um superavit, pelo menos procuram manter o equilíbrio da macroeconomia.

Hoje, no Estado, inúmeras transformações tanto de estrutura como de conjuntura vem alterando a organização espacial:

- Há, em consequência do esgotamento da fronteira agrícola, uma tendência à concentração da propriedade da terra cujo acesso tem se realizado mediante o arrendamento.

- A lavoura empresarial expande-se por zona cujas características físicas adequam-se à produção tipo empresarial (áreas de topografia suave e de grande dimensão), instalando-se o processo de modernização que, por sua vez, permite a concentração do uso da terra.

- Em áreas de topografia ondulada (predomínio dos minifúndios) prevalecem métodos tradicionais que revelam carência de recursos, inadequação dos solos e impossibilidade de sobrevivência com exígua renda.

- Alterações de conjuntura na organização espacial do "Velho Rio Grande", são detectadas através do crescente número de assalariados e de movimentos de deslocamento por migrações. A formação dos sindicatos e das cooperativas sendo resultantes destas transformações sociais, passam a ser responsáveis pela introdução de muitas mudanças que estão acelerando a difusão de técnicas modernas e a evolução da lavoura empresarial.

A substituição da produção agropecuária tradicional por uma produção agropecuária moderna tem acionado no Rio Grande do Sul um novo estágio econômico na evolução de sua exploração agrícola.

BIBLIOGRAFIA CITADA

1. MÜLLER, Geraldo. *Periferia e Dependência Nacional: estudo do desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo, Tese de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras-USP (datilografado), 1972.
2. PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasileira, 1977.
3. RIO GRANDE DO SUL. *25 anos de Economia Gaúcha*. Porto Alegre, FEE, Vol. 2 e 3, 1978.
4. ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Globo, Vol. I e II, 1969.
5. SCHILLING, Paulo R. *Crise Econômica no Rio Grande do Sul: a crise se agropecuária*. Porto Alegre, Difusão de Cultura Técnica, 1961.

Recebido em agosto, 1983; aceito em outubro, 1983.